

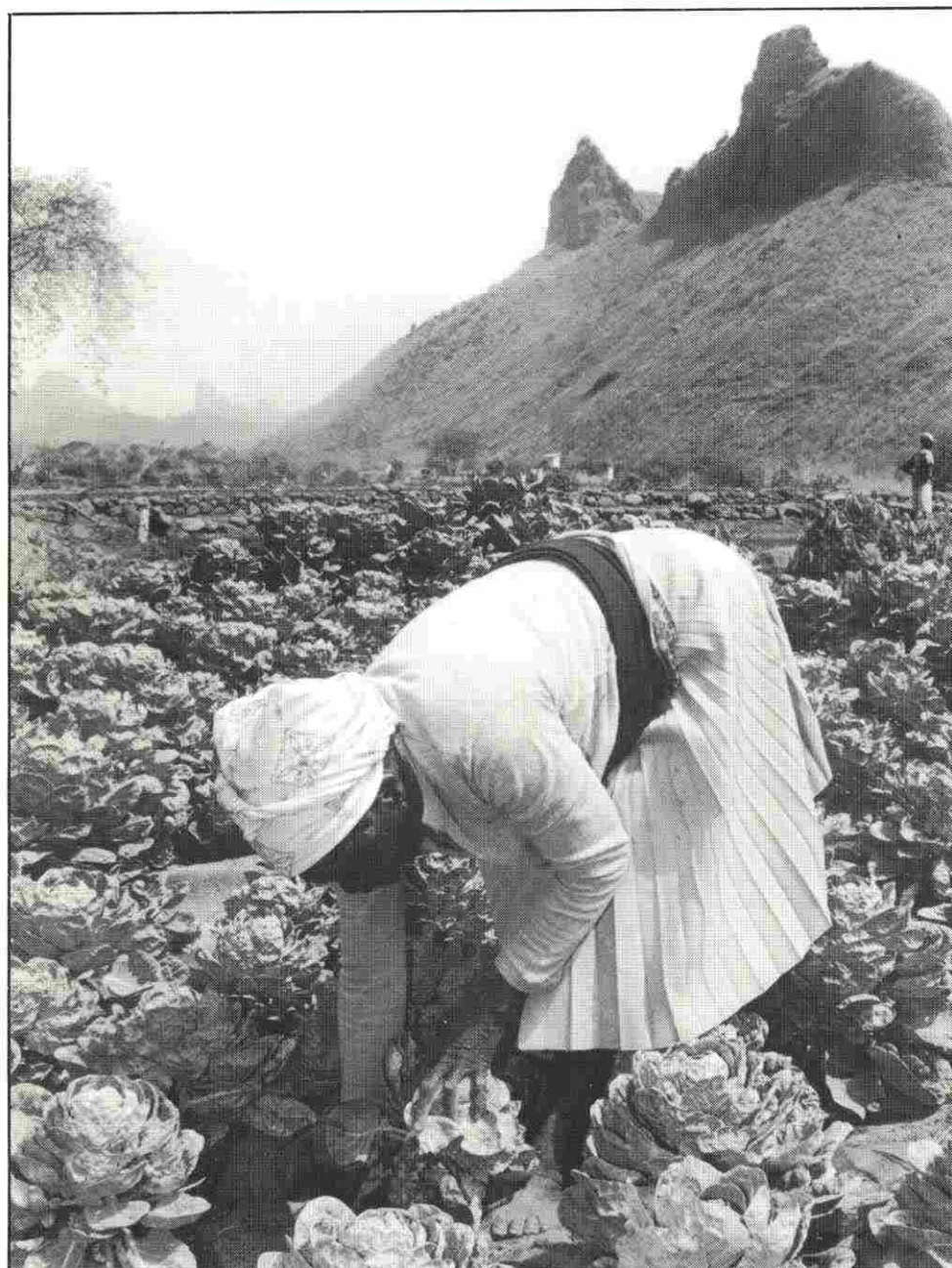
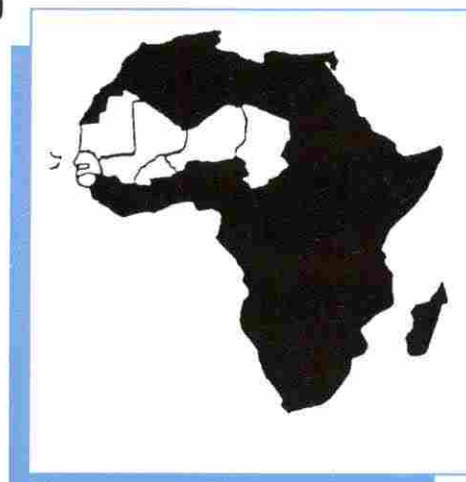


Photo : Roberto FRANCISCO

Gestão do espaço rural em Cabo Verde

Conclusões e recomendações do encontro nacional de 3 a 5 de Outubro de 1990
São Jorge, Cabo Verde

1. Sobre a participação das populações na gestão do espaço rural

Dos debates efectuados, tanto nos grupos de trabalho como em sessões plenárias, chegou-se a um largo consenso acerca da importância da participação das populações, de forma individual e colectiva, esta última através de cooperativas, associações e projectos de desenvolvimento, na luta contra a desertificação e na gestão do espaço rural.

Constatou-se ainda que as organizações rurais têm desempenhado um papel positivo nas actividades de conservação do solo e água e na gestão do espaço rural em Cabo Verde. Os tipos seguintes de estruturas de participação foram identificados:

- **Cooperativas e Associações**
- **Projectos de Desenvolvimento**
- **Organizações Não Governamentais de apoio ao desenvolvimento**

No entanto, foram identificados vários obstáculos, nomeadamente a insuficiência em recursos financeiros e materiais, a insuficiente formação técnica e profissional, dificuldades no aprovisionamento de factores de produção e no escoamento dos produtos, deficiente coordenação entre as estruturas de apoio, etc. Constatou-se ainda insuficiências no aspecto metodológico de intervenção da parte dos técnicos, resultando na não valorização do saber e das experiências do camponês na escolha de soluções técnicas.

Um largo consenso foi estabelecido quanto à natureza, objectivos e futuro das frentes de alta intensidade de mão de obra. Com efeito, chegou-se à conclusão que, tanto as FAIMO clássicas como as frentes reconvertidas são soluções institucionais do Estado, de carácter temporário, objectivos são a criação de emprego e cujos luta contra a desertificação. No entanto, as frentes reconvertidas, embora sendo uma nova forma de intervenção do Estado, têm facilitado a participação das populações na organização técnica e administrativa dos trabalhos de CSA.

Ligadas às frentes reconvertidas, apesar da sua imposição inicial, desenvolveram-se algumas experiências de poupança e crédito. Essas experiências têm permitido a algumas frentes aceder a um nível importante de poupança. Contudo, constata-se que a maior parte da poupança dos camponeses foi utilizada para, indevidamente, pré-financiar os salários em atraso.

Mesmo assim, as caixas de poupança e crédito têm contribuído para a resolução de alguns problemas dos sócios, nomeadamente a compra de sementes e o pagamento de algumas tarefas agrícolas.

Reconheceu-se também a importância do sistema de ensino no desenvolvimento da participação, desde que integre as preocupações ligadas ao desenvolvimento sócio-económico do meio rural.

Assim, recomenda-se :

1. *que o Estado integre e salvaguarde na aplicação da sua política, as diversas formas de organização dos camponeses (cooperativas, associações, projectos de desenvolvimento, etc.) no sentido de reforçar a sua capacidade de intervenção e de suscitar a criação de novas organizações;*
2. *que o Estado continue a melhorar o quadro político, jurídico e institucional, com vista a facilitar uma participação cada vez mais alargada dos camponeses sem terra, dos proprietários, das comunidades rurais e das estruturas associativas auto-geridas, na luta contra a desertificação e na gestão do espaço rural;*
3. *que as instituições do Estado implicadas na gestão do espaço rural utilizem técnicas e metodologias de intervenção que contribuam para o reforço da autonomia técnica e administrativa das organizações rurais de participação;*

4. *que o Estado promova ou realize estudos sócio-económicos, visando o aprofundamento da reflexão acerca das condições em que as FAIMO deverão ser transformadas ou abandonadas. Sugere-se que a reconversão ou a transformação dessas frentes se processe no âmbito dos programas de desenvolvimento regional;*
5. *que a criação de organizações de poupança e crédito deverá resultar da adesão voluntária dos interessados e funcionar de acordo com as regras fixadas pela organização;*
6. *que seja estimulada e facilitada a criação de organizações não governamentais locais, funcionando como estruturas de apoio e como intermediárias entre as organizações rurais, os financiadores e/ou o Estado;*
7. *uma maior interacção entre os técnicos, os camponeses e as suas organizações, no sentido duma integração sistemática do saber e das experiências do camponeses na escolha das soluções técnicas mais apropriadas.*

2. Sobre a gestão do espaço rural em Cabo Verde

Do relato e da análise de experiências profissionais e associativas dos representantes das organizações rurais, dos agricultores e dos técnicos, constatou-se :

- que a noção de espaço rural ultrapassa os limites das explorações agrícolas (tanto de sequeiro como de regadio), das zonas de pastagem e das áreas (re)florestadas. Com efeito, a satisfação das necessidades sócio-económicas nos domínios da educação, saúde, habitação, abastecimento de água, emprego, comunicações, protecção do meio ambiente, protecção e segurança social, foi sempre apresentada pelos camponeses como elemento constitutivo do espaço rural.
- que a definição do conceito de espaço rural em Cabo Verde ultrapassa a dimensão jurídica de apropriação da terra, dado que as práticas de utilização do espaço rural e o sentimento de pertença não dependem da posse da terra.
- que resultantes das diferentes práticas e tradições existentes na ocupação e utilização do espaço rural, persistem conflitos que advêm do manejo e da valorização dos recursos naturais, como por exemplo a transformação de zonas de pastagem em zonas agrícolas e destas em áreas florestais.
- posições discordantes quanto ao enquadramento das bacias hidrográficas na problemática da gestão do espaço rural em Cabo Verde. Todavia, chegou-se a um acordo generalizado de que as bacias hidrográficas constituem unidades técnicas de tratamento e de ordenamento. Por outro lado, defendeu-se que o espaço rural, entendido como território, é muito mais abrangente do que as bacias hidrográficas, podendo estas integrá-lo;
- que uma maior participação das populações na gestão do espaço rural evidencia a necessidade duma efectiva descentralização, tanto do aparelho do Estado em relação aos municípios como em relação às organizações das populações e aos organismos não governamentais nacionais.

Assim, recomenda-se :

1. *o aprofundamento do debate a nível nacional acerca do espaço rural em Cabo Verde, sua definição, limites, forma de apropriação e gestão pelas populações, tipo de organização sócio-económica nele implantada, etc.;*
2. *a promoção de experiências de organização das populações em matéria de gestão do espaço rural;*
3. *a descentralização e a transferência de competências, meios e poder para as comunidades e organizações rurais com vista a tornar efectiva a gestão do espaço rural pelas populações;*
4. *a desconcentração de funções relativas ao apoio às comunidades e organizações rurais, propiciando deste modo a emergência de outros parceiros, nomeadamente as organizações não governamentais nacionais;*
5. *a realização de investigação aplicada sobre experiências de gestão ou de participação na gestão do espaço rural existentes em Cabo Verde, com vista a propor medidas de natureza política, jurídica e institucional conducentes a uma apropriação efectiva do espaço rural pelas populações.*

3. Sobre o financiamento das iniciativas ligadas à gestão do espaço rural

Do diálogo encetado com os representantes de organismos e agências de cooperação bilateral e multi-lateral, salienta-se :

- a necessidade de descentralizar a cooperação internacional a fim de proporcionar os recursos necessários à realização de actividades que visem aumentar a participação das populações na gestão do espaço rural;
- a necessidade de alargar e de tornar mais efectiva a cooperação descentralizada a nível dos municípios e cidades, através de acordos de geminação;
- que o acesso às fontes de financiamento directamente pelas organizações rurais não mereceu o acordo dos representantes dos financiadores presentes, tendo-se estes pronunciado a favor do financiamento através do Estado, mesmo quando destinado às organizações rurais;

Todavia, os financiadores aceitaram o princípio da autonomia de gestão dos financiamentos ao nível das regiões.

- que alguns representantes dos organismos financiadores presentes ao Encontro admitiram a possibilidade de conceder financiamentos directamente às organizações rurais, com base na experiência e capacidade de gestão das populações, nos domínios para que os financiamentos são solicitados;
- a necessidade de uma maior intervenção das organizações Não Governamentais, por estarem melhor vocacionadas para lidar directamente com as organizações rurais e os projectos de desenvolvimento local. Elas podem, tanto mobilizar a ajuda privada, como a contribuição dos governos e dos organismos internacionais;

- que ao Estado caberá, mesmo quando o financiamento é feito directamente às organizações rurais, o direito de ser informado e de exercer o controlo, sem contudo interferir na gestão financeira das ajudas;
- uma certa reticência por parte dos financiadores, relativa ao financiamento de projectos de conservação de solos e água que contemplem aspectos sociais, designadamente, abertura e/ou reparação de caminhos vicinais, construção de escolas, jardins infantis, fontenários, etc.

Assim, recomenda-se :

1. *que paralelamente ao esforço de descentralização dos serviços públicos, se efectue a transferência de competências e de poderes de gestão de determinadas funções para as comunidades locais e organizações rurais;*
2. *que a descentralização da cooperação internacional propicie às organizações rurais o acesso directo às fontes de financiamento e favoreça a emergência e o desenvolvimento de organizações não governamentais nacionais, enquanto estruturas de apoio às iniciativas de organização das populações e intermediários na mobilização de recursos financeiros.*
3. *que seja concedido apoio preferencial aos projectos e acções que visem uma maior participação das populações na luta contra a desertificação e na gestão do espaço rural, suportando as suas organizações do ponto de vista financeiro e material;*
4. *que sejam privilegiados os projectos que possam, além de contribuir para a resolução de problemas pontuais, criar uma dinâmica local de um desenvolvimento integrado, contínuo e duradouro;*
5. *que seja prevista, em todos os projectos de desenvolvimento geridos pelos serviços do Estado, uma fase de transferência da gestão e da formação técnica das populações beneficiárias, após a realização dos investimentos. Esta fase de transição deveria, pelo menos, ter uma duração de 2 anos;*
6. *o apoio financeiro às acções de investigação aplicada sobre as práticas tradicionais de gestão do espaço rural em Cabo Verde, no âmbito de projectos-piloto a serem implementados na sequência deste Encontro;*
7. *que os financiadores procurem uma maior concertação entre si, e com os seus parceiros locais (organizações rurais, organizações não governamentais e Estado), no financiamento de projectos e acções de desenvolvimento que visem uma apropriação efectiva do espaço rural pelas populações.*

S. Jorge, 5 de Outubro de 1990

LISTA DOS PARTICIPANTES

ORGANISMOS ESTATAIS

*Andrade Maria Aleluia
CONACILSS - GEP/MDRP
Chefe da Divisão de Cooperação
C.P. 115

*Barreto T. Maria Isabel
Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV)
la Secretaria da Praia Rural Membro do C.N.
S. Domingos/Tamareira

*Barry Oumar
Instituto Nacional das Cooperativas (INC)
Chefe de Divisão de Assistência Técnica
C.P. 218 TEX 6015 FAX 613959

*Barry Inussa
Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP)/MDRP
Técnico
C.P. 62 TELF 611627

*Delgado Flavio A.D.
E. P. Justino Lopes e E. P. Enavi
Director Geral
C.P. 50 TELEX 6072 FAX 611259

*Dias Alayde
GEP/MDRP
C.P. 62

*Duarte Cristina Isabel
GER/MDRP
Directora Geral
TELEX 6072 FAX 614056

*Dupret Adelina V.
Direcção Geral de Assuntos Sociais
Responsável pelo núcleo Técnico-Profissional
e Desenvolvimento Local

*Evora Iolanda Maria Alves
Secretaria de Estado da Administração Pública
Direcção Geral de Estudos da Reforma
Administrativa
C.P. 200 Praia
TELEX 611579

*Frederico Antonio S.P.
FAP-EP
Chefe de Departamento Técnico
TELEX 614256

*Delgado Manuel
Director Geral da Engenharia Rural e Florestas
MDRP

*Fortes Fatima
FDN (Fundo Nacional de Desenvolvimento)
Directora
C.P. 30 PRAIA

*Lopes Maria Luisa C.S.
Direcção Geral de Extensão Rural
Técnico Departamento de Acompanhamento e
Avaliação

*Maurício Osvaldo Pedro
Serviços florestais MDRP
TELEX 612775

*Monteiro Pedro
Serviços Florestais MDRP
Chefe de Divisão de Planeamento

*Monteiro José Antonio P.
Direcção Geral da Pecuária
Director Geral
C.P. 50 Praia

*Ortel Eva Verona T.A.
Direcção Geral do Fomento Agrário
Director Geral
C.P. 50 Praia

*Rodrigues Albertino Africano Mendes
Direcção Geral da Educação Extra Escolar
Divisão de Estudos e Planeamento
TELEX 613287

*Rodrigues Ilisio
Instituto Caboverdiano de Solidariedade
Direcção de Cooperação e Projectos
C.P. 124 Praia

*Sabino Antonio A.
INIA
C.P. 84 TELEX 611570 PRAIA

*Silva Manuel Pereira
Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA)
Departamento de Ciências Sociais e Economia Agrícola
C.P. 84

*Silva Suzete M. Monteiro
Centro de Desenvolvimento Pecuário
Chefe de Divisão de Experimentação e Difusão Animal
C.P. 115

ORGANIZAÇÕES RURAIS

*Baessa Carlos Correia
Ribeira Seca/Praia Santiago
Agricultor

*Conceição João Baptista
Cooperativa silvo-Pastoril Embrião Praia Branca/S.
Nicolau
Presidente do Concelho de Direcção

*Cruz Estevão Trindade
Ribeira da Torre/S. Antão
Agricultor

*Delgado Pedro Jansénio
Coculi Ribeira Grande/S. Antão
Agricultor

*Gonçalves Roberto Mendes
Cooperativa Agrícola 13 de Novembro
Presidente da Comissão

*Lopes Joaquim
Ribeira da Torre Rabo Curto/S. Antão
Agricultor

*Moreira Maria de Fatima Almeida
Frente de Reconversão Chã da Silva/S. Cruz Santiago
Agricultor

*Moreno Martinho
Associação Agrícola de Achada Baleia
Agricultor

*Moura Miguel
Projecto de Desenvolvimento de Loura/Santiago
Coordenador

*Ramos Joaquim João
Cooperativa de Algodoeiro Tarrafal/S. Nicolau
Presidente

*Santos João Antonio
Madeiral/ S. Vicente
Agricultor

*Tavares Josefa Pereira
Frente de Reconversão Chã da Silva/Santiago
Agricultor

*Tavares Antonina Mendes
Organização das Mulheres de Fazenda/Santiago
Coordenadora

*Tavares Mario Alberto Lopes
Cooperativa Boa Esperança/Maio
Presidente Responsável pela Contabilidade e Pecuária

*Varela Sergina Mendes
Frente Reconvertida da Fundura/Boca/Larga/Santiago
Teseureira, Secretária e Animadora Rural

*Vas José Carlos
Projecto para o Desenvolvimento de Loura/Santiago
Secretário

ORGANIZAÇÕES NAO GOVERNAMENTAIS

*Barbosa Gilda
Caritas Caboverdiana
Secretaria Geral
Praia C.P. 46 TELEX 611707

*Fortes Julio
Associação dos Amigos da Natureza
Representante da Praia
SLIMAC - Chã de Areia Praia
FELF 614025 TELEX 3082SVSV FAX 314755

AGENCIAS DE COOPERAÇÃO ET ORGANIZAÇÕES INTERCIONAIS

*Haagsma Ben
SARDEP - MDRP/S. Antão
Responsável das actividades de CSA/regadio
TELF 211208 FAX 211208

*Rochette Rene Marceau
Projet CVI/87001 - PNUD
BP 62 PRAIA

*Samuel
Missão Francesa de Cooperação
Chefe de Missão
BP 82 PRAIA

*Schoof Leo A.
SARDEP - MDRP S. Antão
Coordenador
TELF 211208 FAX 211208

*Stephenson Michele
PNUD/PRAIA
Encarregada de Programa
BP 62 TELF 616110

*M. GUTMAN
Encarregado do Programa - FAO

SECRETARIADO EXECUTIVO DO CILSS

*Thiam Amadou Moutar
Chefe do Serviço de Acompanhamento e
Avaliação
DEP/CILSS
Caixa Postal - 7049
Ouagadougou - Burkina Faso
TELEF (00226) 334870 e 333664
TELEX 5263 BF FAX 307247

*Traore Dami Vicente
Encarregado de Programa
C.P. 7049
OUAGADOUGOU - Burkina Faso
TELEF 334870 ou 333664 TELEX 5263BF FAX 307247

*Van Mourik Dirk
Consultor em Economia e Ecologia
C.P. 4400
TELEF 336236 TELEX 5263BF FAX (00226) 307247

SECRETARIADO EXECUTIVO DO CLUB SAHEL

*Roimans Jacob
Conseiller
Boulevard Suchet 39/41 Paris - 16ème France
FAX (1) 45.24.90.31 TEL 45.24.89.85

*Monimar Marie
Consultora
C.P. 3859 Brezins France
TELEF (33) 76.93.50.57 FAX (33) 76.93.50.25

*Santos Abreu Jacinto
Consultor
C.P. 218 Praia
TELEF 61.19.67 (Privado) TELEX 6015 INC

INTERPRETES/TRADUCTORES

*Monteiro Eveline
INIA - S. Jorge/Santiago
C.P. 84 TELEX 611570

*Morais Joaquim
INIA - S. Jorge /Santiago
C.P. 84 TELEX 611570

*Mendonça João
MDRP - DGAC/Praia
C.P. 50

SECRETARIADO

*Bettencourt Ana Paula
GEP/MDRP/PRAIA
C.P. 50

*Evora Augusto Gil
GEP/MDRP/PRAIA
C.P. 50

*Silva Marta Marilena
GEP/MDRP/PRAIA